



# Anais da Assembléia

Nº 73

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 1976

ANO II

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 105ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulín, Antonio Facci, Aragão de Matos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglío, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (47), achando-se ausentes os Srs. Deputados Adalberto Daros, Egon Pudell, Fabiano Braga Cortes, Jayme Rodrigues Carvalho, Lineu Turra, Otássio Pereira, Valter Pietrângelo (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,  
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — ((Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA:

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

EM VOTAÇÃO DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição número 188/76, veto aposto ao Projeto de Lei número 290/73, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que estadualiza a estrada que liga Cerro Azul a Sengés, vila de Varzeão. Parecer da CCJ, pela manutenção do veto, por unanimidade. — Rejeitado o proveto, mantido o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 23, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição número 189/76.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA  
ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 1976.

(TERÇA-FEIRA).

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Maurício Fruet.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulín, Antonio Facci, Aragão de Matos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (47), achando-se ausentes os Srs. Deputados Adalberto Daros, Egon Pudell, Fabiano Braga Cortes, Jayme Rodrigues Carvalho, Lineu Turra, Otássio Pereira e Valter Pietrângelo (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JORGE ANDRÉ CLELE, ocorrido recentemente, na cidade de Carlópolis.

Outrossim, solicita se aporvado o presente requerimento, seja dado conhecimento à família do extinto na pessoa do Sr. João André Clele, funcionário desta Casa.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1976.

(a) GABRIEL MANOEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, que se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. PEDRO B. CARACO, ocorrido na última sexta-feira, dia 18 do corrente mês, na cidade de Londrina.

Jovem ainda, exemplar chefe de família, destacado desportista londrinense, Pedro Caraco foi vítima de lamentável acidente automobilístico que acabou por ceifar sua vida.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios ao Exmo. Sr. Dr. JOÃO ELISIO FERRAZ DE CAMPOS, DD. Secretário de Estado da Administração, ao Exmo. Sr. Dr. FRANCISCO BORSARI NETO, DD. Secretário de Estado da Educação e Cultura e ao Exmo. Sr. Dr. GUILHERME LACERDA BRAGA COBRINHO, DD. Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a construção e instalação de unidade escolar de 1º Grau (antigo Ginásio), na Vila São Paulo, no município de Formosa d'Oeste.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

## JUSTIFICATIVA:

Situada no Município de Formosa d'Oeste,, próximo à Nova Aurora, entre os distritos de Palmitópolis e Carajá, numa distância superior a 10 quilômetros de um e outro, a Vila São Paulo constitui-se em um núcleo populacional de real importância, que dia a dia aumenta, em razão do crescente desenvolvimento agrícola, e em especial do plantio e replantio de café.

Segundo fomos informados, existem cerca de 120 alunos que já concluíram o quarto ano primário e estão sem condições de continuar seus estudos pela falta de um estabelecimento, nas proximidades, que seja o correspondente ao antigo ginásio.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, regimentalmente, o envio de ofício aos Exmos. Srs. Secretário de Educação e Cultura e Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando que S. Exas., se dignem determinar os estudos necessários com o objetivo de construir unidade escolar em Ganchinho, Distrito de Umbará, nesta Capital.

A medida é de suma importância visto que, aproximadamente duzentas (200) crianças em idade escolar estão impossibilitadas de freqüentarem as aulas.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO, que o funcionalismo público estadual vem, em nosso Estado, sofrendo uma descapitalização em seus rendimentos, mercê a alta do custo de vida;

CONSIDERANDO, que o Governo do Estado há vários anos não vem equiparando os vencimentos dos servidores estaduais, com a alta generalizada dos preços, apenas concedendo reajustes abaixo do desejado;

CONSIDERANDO, que os reajustes, até então concedidos ao funcionalismo, não atende ao mínimo necessário, criando uma defasagem que já se torna angustiante ante as parcas perspectivas;

CONSIDERANDO, que Estados de arrecadação inferior minoraram os vencimentos do seu funcionalismo, numa percentagem bastante acima do que percebe o "barnabé" paranaense;

REQUER, após anuência do Plenário, seja encaminhado apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, no sentido de que aquela autoridade estadual autorize, no mais breve tempo possível, um aumento dos vencimentos do funcionalismo público estadual, compatível às necessidades do mesmo e, pelo menos, equivalente à alta do custo de vida.

O reajuste, Sr. Presidente, é mais do que necessário: é premente. Os vencimentos do funcionalismo paranaense vêm

sendo reajustados sempre abaixo do mínimo necessário. No vizinho Estado de Santa Catarina, seu Governador concedeu, aumento aos seus servidores de um mínimo de 35 por cento e um máximo de 62,69 por cento.

Em outros Estados, a ação é a mesma. O Governo catarinense vai mais longe; com objetivo de diminuir os desníveis salariais existentes, incorporou as representações de gabinete aos vencimentos, bem como aumentou em 35 por cento o valor das aulas no setor educacional.

Tornam-se necessárias medidas que ponham fim a esta situação e que atendam as necessidades do Servidor Público do Estado.

Uma pronta atitude do Sr. Governador evitaria uma solução de continuidade que já se vislumbra, com a máquina estadual exigindo o que de direito de seus servidores, mas não correspondendo quando este necessita.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Pelo presente, passo às mãos de V. Exa., a indicação dos nomes dos Deputados que comporão a Comissão Especial que dará Parecer ao Estatuto do Magistério:

## MEMBROS DA ARENA

Jorge Sato

Basílio Zanusso

Gilberto Carvalho

(Suplentes)

Dácio Leonel

Luiz Alberto de Oliveira

Ezequias Losso

Reitero a V. Exa. meus protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na qualidade de Líder da bancada do MDB nesta Assembléia, vem respeitosamente indicar, para compor a Comissão Especial que, de acordo com o Regimento Interno, examinará o projeto e as sugestões ao projeto do "Estatuto do Magistério" os eminentes Deputados:

MUGGIATI FILHO e

ENÉAS FARIA.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1976.

(a) OSVALDO MACEDO

## PROJETOS DE LEI:

## PROJETO DE LEI Nº 74/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, a S. Exa. Revma. Dom ROMEU ALBERTI, Bispo da Diocese de Apucarana.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1976.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

## JUSTIFICATIVA:

A homenagem que pretendemos seja prestada a S. Exa. Revma., Dom Romeu Alberti, Bispo da Diocese de Apucarana, concedendo-lhe o título de Cidadão Honorário do Paraná, além de muito honrar o povo de nossa terra, em ter tão ilustre perso-

nalidade como cidadão, virá demonstrar o reconhecimento pelos inestimáveis serviços que S. Exa. vem prestando ao Paraná, como titular da Diocese de Apucarana.

**DADOS BIOGRÁFICOS DE SUA EXCELENCIA  
REVERENDÍSSIMA, DOM ROMEU ALBERTI,  
BISPO DE APUCARANA**

Dom Romeu Alberti, filho do Sr. Augusto Alberti e de Dona Maria Fornes Alberti, nasceu em São Paulo, Capital, no Bairro da Lapa, aos 21 de abril de 1927.

Cursou o Grupo Escolar da Lapa de Baixo e o Grupo Escolar "Pereira Barreto".

Definiu-se sua vocação sacerdotal, quando cursava o Ginásio Anchieta, nas Perdizes, São Paulo.

Encaminhou-se para o Seminário Preparatório, de onde seguiu para o Seminário Menor de Pirapora, ingressando no segundo ano ginasial. Cursou filosofia no Seminário Central de Ipiranga, de onde foi encaminhado a Roma, lá chegando no início de novembro de 1947.

Na cidade eterna conviveu com colegas de todas as partes do Brasil, no Pontifício Colégio Pio Brasileiro e, com colegas de várias partes do mundo, frequentou a Faculdade Teológica da Pontifícia Universidade Gregoriana.

Foi ordenado Presbítero aos 07 de outubro de 1951, na Igreja "Del Gesù", em Roma, por D. Antonio Maria Alves de Siqueira, então Bispo Auxiliar de São Paulo.

Continuou seus estudos, em Roma, na Faculdade de Direito Canônico da Mesma Universidade, doutorando-se com louvor ao apresentar a tese "A mente do legislador em Suarez".

Voltou ao Brasil no início de março de 1957. Na arquidiocese de São Paulo exerceu as mais diversas funções: Diretor Espiritual do Seminário Central do Ipiranga; professor de Teologia Moral, no mesmo Seminário e na Faculdade Teológica da Pontifícia Universidade Católica; Assistente eclesialístico, diocesano, provincial, e regional da juventude estudantil católica masculina; Vice-oficial do Tribunal Eclesialístico de São Paulo; Capelão da Escola Preparatória de Cadetes do Exército; Capelão da Casa da Infância do Menino Jesus; Coordenador da Pastoral Carcerária de São Paulo, atendendo diretamente aos presídios, razão pela qual recebeu o título de "o Bispo dos Encarcerados"; Coordenador do Secretariado Regional Sul I, que na época compreendia São Paulo e Paraná; Responsável diocesano pelo setor de Educação; Vigário Geral da Arquidiocese de São Paulo e Vigário Episcopal da Zona Leste da Arquidiocese, que abrangia dois milhões de habitantes; Bispo auxiliar do Eminentíssimo Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota; Coordenou na arquidiocese a Campanha da Encíclica "Mater et Magistra e o Setor das Missões Populares e dos Meios de Comunicação Social da "Cruzada do Rosário em Família".

Foi nomeado, pelo Santo Padre o Papa Paulo VI, Bispo Titular de Belati, aos 25 de março de 1964. Esta nomeação foi publicada aos 28 de março do mesmo ano.

No dia 24 de maio de 1964, recebeu a Ordenação Episcopal na Catedral Metropolitana de São Paulo, sendo Sagrante o Exmo. Sr. Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota e co-sagrantes o então Arcebispo de Ribeirão Preto, D. Agnelo Rossi e o Arcebispo de Campinas, D. Antonio Maria Alves de Siqueira.

A 22 de fevereiro de 1965 foi transferido de Bispo Titular de Belati para Bispo Residencial de Apucarana, tomando posse da Diocese a 28 de março de 1965, numa das maiores concentrações de povo do Norte do Paraná.

Participou do Concílio Ecumênico Vaticano II no período de 1965 a 1966.

Cumulou, com a função de bispo diocesano de Apucarana, a função de Administrador Apostólico da Arquidiocese de Botucatu, por nomeação do Papa Paulo VI, de 21 de junho de 1968,

função que exerceu até fins de abril de 1969.

Foi secretário do então Secretariado Sub-Regional Sul II, que compreendia as dioceses da atual Província Eclesiástica de Londrina, de 20 de março de 1970 a setembro de 1971.

Na Regional Sul II, da CNBB, que abrange todo o Estado do Paraná, é membro da Comissão Episcopal de Pastoral, especialmente responsável pela Liturgia, pelo Diaconato Permanente e até há pouco também pela Pastoral Indígena.

No Inter-Regional Sul do Brasil que compreende os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, é responsável pela Equipe Coordenadora do Diaconato Permanente.

Na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, desde 1971 é membro da Comissão Nacional de Liturgia, especialmente encarregado dos setores de Liturgia e Traduções, como também de Liturgia e Meios de Comunicação Social. Em razão disso coordenou em Apucarana de 3 a 9 de julho de 1972, o I Encontro Nacional de Liturgia de Rádio e Televisão.

Representou a Comissão Nacional de Liturgia no I Encontro Latino-Americano, de liturgia em Medellín de 17 de julho a 19 de agosto de 1972.

Participou de Curso de Extensão Universitária sobre Meios de Comunicação Social na Universidade Católica de Belo Horizonte, sobre Assistência Social na Universidade Católica de São Paulo e tem licença em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas, Paraná.

A 23 de novembro de 1972, a Assembléia Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano, reunida em Sre, Bolívia, o elegeu Presidente do Departamento de Liturgia desse Conselho, cargo para o qual foi reeleito na Assembléia Geral, reunida em Roma, em novembro de 1974, pelo período de 4 anos.

Em julho de 1974, coordenou o II Encontro Nacional e o I Latino-Americano de Liturgia de Rádio e Televisão de Apucarana.

Em razão principalmente de suas funções, conhece os seguintes Países: Itália, Suíça, França, Espanha, Portugal, Luxemburgo, Holanda, Bélgica, Áustria, Alemanha, Suécia, Noruega, Inglaterra, Grécia, Chipre, Israel, Jordânia, Síria, Líbano, Malta, Egito, Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela, Panamá, Costa Rica, Honduras, Nicarágua, Guatemala, México, Haiti, Jamaica, São Domingos, demais ilhas do Caribe, Estados Unidos e Japão.

Fala, além do português, as seguintes línguas: italiano, espanhol, francês, latim e inglês.

Com os dados acima, que bem situam a personalidade que pretendemos receber esta homenagem, é que apresentamos o presente Projeto de Lei, que temos a certeza, contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

**PROJETO DE LEI Nº 75/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A:**

Art. 1º — Fica denominado "CORONEL FABRICIANO DO REGO BARROS", o Quartel Central do Corpo de Bombeiros do Paraná.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

**JUSTIFICATIVA:**

O Cel. do Exército, Fabriciano do Rego Barros, cujo nome se propõe seja dado ao Quartel Central do Corpo de Bombeiros do Estado, teve a mais destacada atuação na vida político administrativa do Paraná, destacando-se entre outras, as seguintes atividades:

a) Participação ativa na retomada da cidade de Castro, ocupada pelas forças da revolução federalista de 1894, após dominada a heróica resistência ao cerco da legendaria Lapa, e por essa forma barrando-lhe a progressão rumo à Capital do País, contribuindo assim, de forma decisiva, para a consolidação da República nascente;

b) Prestação por mais de seis anos consecutivos, de serviços aos governos do Paraná, período de 1912 a 1918, destacando-se:

1) Comando do Regimento de Segurança, em substituição ao bravo Coronel João Gualberto Gomes de Sá, morto em ação na luta contra os fanáticos jagunços — do Monje José Maria, nos campos convulsionados do Irani;

2) Comando das forças estaduais em operação no Contestado;

3) Membro do Estado Maior da Divisão Provisória em operações de guerra, sob o comando do General Fernando Setembrino de Carvalho, concorrendo para o restabelecimento da ordem e da tranquilidade nesta parte conturbada do País;

4) Exercício do cargo em comissão de Inspetor Militar da Força Pública do Estado.

E não foi só esta a sua contribuição à vida pública do Estado, pois, com larga visão, antevendo o futuro progressista do jovem Paraná, ao qual devotava com ardor toda sua capacidade de trabalho, promoveu a criação do CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ, sendo o seu fundador e primeiro comandante, instalando-o a 8 de outubro de 1912, nesta Capital, cuja organização é hoje orgulho de todos os paranaenses.

Propõe-se pois, em reconhecimento público e oficial aos relevantes serviços prestados ao Estado, quer na paz, quer em operações bélicas, e em complemento às homenagens que lhe foram tributadas ao ensejo do transcurso do centenário de seu nascimento, ocorrido a 30 de março de 1975, dar-se o seu nome ao Quartel Central do Corpo de Bombeiros do Paraná, reverenciando-se desta forma a memória do insigne Soldado.

Pedimos o apoio de nossos Pares a esta Proposição.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Chegou ao nosso conhecimento uma denúncia que, se for comprovada, reveste-se de certa gravidade e que, por certo, se tiver fundamento a denúncia, o Sr. Governador do Estado, a quem endereçamos o expediente neste momento, saberá agir com o rigor necessário.

(Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário,

REQUER o encaminhamento de apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar seja apurada a procedência da denúncia de que a Secretaria de Estado da Agricultura não vem pagando o reajuste salarial devido a todos os servidores enquadrados na Tabela Salarial de Locação de Serviços, para execução de programas decorrentes de convênios, vigentes entre órgãos da Administração Federal e o Estado do Paraná.

O apelo encontra ampla justificativa na ciência de que o Exmo. Sr. Governador autorizou, através do Ofício número 33/76, protocolado sob o número 00498/76, da Secretaria de Agricultura, um reajuste de 30 por cento a partir de janeiro do corrente ano, na Tabela Salarial de Locação de Serviços para execução dos programas acima declinados, não estando a Secretaria de Agricultura a pagar a melhoria salarial autorizada ao pessoal da Administração, enquanto que aqueles identificados

como técnicos vem recebendo.

A gravidade da denúncia justificaria, inclusive, instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito, mas o signatário, conhecedor de recentes atitudes adotadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, solicitando de próprio punho, esclarecimentos sobre irregularidades constatadas na administração, tem certeza de que S. Exa. agirá com rigor, a fim de esclarecer os fatos, punir possíveis culpados, e implantar o benefício aos prejudicados.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1976."

Entendemos que, se esse reajuste é pago ao pessoal identificado como técnico, por que razão não estender o benefício também ao pessoal da administração?

Insurgimo-nos contra essa discriminação e pretendemos apurar, verificar a procedência da denúncia depois do Governador nos esclarecer, e voltaremos ao assunto no caso de que as informações não nos convençam.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra a ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — (Ausente). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi. — (Ausente). — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece-me que a preocupação do órgão controlador de preços, nesses últimos tempos, tem sido, pelo menos através das propagandas que aparecem nos jornais, muito acentuada, chegando mesmo a SUNAB, recentemente, a participar do tabelamento de preços, para os ingressos de futebol. Neste País, onde tudo parece ser plena liberdade, principalmente o direito do avanço na economia popular, trabalho dessa natureza efetuado pelo órgão de relevante importância no controle de preços, tem muito valor.

Mas há uma coisa que encabula, por isso mesmo, nestas duas últimas semanas, visitamos como freguês, como contribuinte e como cliente, premeditadamente, 26 garagens rotativas em 3 regiões distintas da cidade, em 3 partes limites da zona urbana. Nessas garagens que aportamos pagamos as taxas apresentadas sem delas receber um comprovante, embora tivéssemos exigido porque precisávamos para poder documentar pronunciamento que iremos fazer em breve desta tribuna, se possível, no Grande Expediente.

Verificamos que essas garagens chegam a cobrar pela permanência de 20 minutos até 10 cruzeiros. A cobrança varia em torno de 2 a 10 cruzeiros, caracterizando que os donos, os proprietários deste tipo de garagens, cobram conforme a cara do freguês. Esta é a atividade de maior rentabilidade, principalmente nas grandes cidades, em razão do número de veículos que aumenta de dia para dia.

Ficamos a imaginar, será que o órgão controlador de preços tomou partido na verificação dos preços relativos ao ingresso aos campos de futebol, somente porque o futebol produz propaganda através dos jornais? Será que a SUNAB se esquece das garagens rotativas porque quase nada representam em termos de propaganda ou porque ela não sabe que essas garagens estão exercendo o direito de assaltar o bolso do público do dono de automóvel?

Verificamos nessa pesquisa, ainda, um fato muito importante. Em lugar que se pode parar, porque não existe nenhuma placa de trânsito anunciando o contrário, numa porta de garagem de grande porte, de aspecto importante, parece que tem sempre um guarda para não deixar que ali se encontre, dando a impressão clara de que há uma participação de pessoas que recebem dos cofres públicos do município, no enriquecimento

dessa profissão que ainda está em plena liberdade para assaltar o público de Curitiba.

Iremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dentro de alguns dias, apresentar um projeto de lei regulamentando o preço desta espécie de serviço, porque a SUNAB, o órgão controlador de prelis, não esquece do pão de 25 centavos, não esquece do futebol com ingressos a 20 cruzeiros, mas se esquece dos milhares de veículos que precisam de lugar para parar e que seus proprietários estão sendo explorados. Iremos apresentar projeto de lei pedindo a regulamentação de preços para que esta onda de assaltos aos proprietários de automóveis tenha um fim.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra para falar no Grande Expediente ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, primeiro orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Voltamos novamente hoje, ao assunto da Prefeitura de Cambará.

E, infelizmente, a nossa consciência nos impele a denunciar fatos ocorridos normalmente naquela comuna paranaense. Fatos que têm sido denunciados por Deputados da Arena e do MDB, estaduais e federais. Queremos novamente participar ao povo do Paraná, ao Sr. Presidente, à douta Comissão Diretiva, aos Srs. Deputados e à imprensa do Paraná, que novamente foi denunciado por outro eleitor o Prefeito de Cambará, denúncia esta que foi encaminhada à egrégia Câmara do Município daquela cidade, denúncia esta aceita com a aprovação de 6 Srs. Vereadores da Arena e do MDB, com o voto contrário de 3 Srs. Vereadores e miraculosamente novamente arquivada por aquele Presidente daquela Câmara por ser títtere do Prefeito. Queremos enfocar o que diz o jornal "Panorama", de Londrina, em sua edição de 19 de junho de 1976:

(Lê): "O eleitor denuncia mais uma vez o Prefeito Mário Conselvan. A situação política de Cambará voltou a mostrar sintomas de crise iniciada com a denúncia do leitor Dario Ferreira, agravando-se agora com outra denúncia contra o Prefeito, segundo esclarecimentos prestados pelos Vereadores que lideram a Oposição ao Prefeito.

A primeira denúncia foi retirada em manobra e denunciada na Justiça, aparecendo como acusado de seqüestro de um grupo do qual faz parte o Chefe do Executivo. (Anotem bem, Srs. fazem parte o Chefe do Executivo) e o Presidente da Câmara, Ronaldo Rebelato. A nova denúncia, praticamente a mesma de Dario Ferreira, é assinado pelo eleitor Simeão Áureo Batista.

Paralelamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em Brasília o ilustre Deputado Olivir Gabardo, denunciou na Câmara dos fatos registrados em Cambará, solicitando a intervenção das autoridades competentes para evitar maiores problemas e graves consequências para a Administração. No seu discurso Olivir Gabardo frisa que, à represália do Prefeito ao seu eleitor, foi determinaram a seus capangas e jagunjos, que seqüestrassem Dario Ferreira, operação que efetivada, por incível que pareça, permitiu que na presença do Prefeito, do Presidente da Câmara e do cartorário, fossem extorquidas as declarações de desistência da denúncia apresentada à Câmara Municipal. AS IRREGULARIDADES: segundo informam os Vereadores contrários à administração de Mário Conselvan, durante a reunião de segunda-feira última o Presidente da Câmara, Ronaldo Rebelato, agiu de forma facciosa quando apresentou em plenário, documento de Dario Ferreira, retirando as acusações feitas em documento protocolado no Legislativo. Alegam os Vereadores que com a leitura e a apresentação deste documento, forçando a retirada das acusações, o Presidente Ronaldo Rebelato praticamente configurou sua participação na ação de seqüestro de Dario Ferreira,

de acordo com a denúncia formulada posteriormente, à Justiça.

Por outro lado, os Vereadores da Oposição estão reclamando que durante a última reunião de segunda-feira, o Presidente do Legislativo acabou desvirtuando toda a sessão, impedindo o pronunciamento dos Srs. Vereadores que defenderiam a posição do Sr. Dario Ferreira, permitindo apenas que fizessem uso da palavra os membros da minoria que defendeu o Prefeito, com pronunciamentos estudados e exercitados durante a semana.

Diante da sistemática — continua aquele Deputado — a intervenção e a manobra de retirada das denúncias, o eleitor Simeão Áureo Batista acabou entrando com outro documento, apontando as mesmas irregularidades denunciadas por Dario Ferreira. E continua ainda o Deputado Olivir Gabardo — "Contra esse eleitor — dizem os Vereadores — não haverá possibilidades de ameaças, porque ele é bastante conhecido na sociedade, muito bem relacionado e sabedor de outras irregularidades cometidas na cidade".

E vejam os Srs. Deputados, e cita diversos códigos o Deputado Olivir Gabardo, do MDB do Paraná, proferindo um discurso para denunciar à Nação, para denunciar às autoridades competentes, a falcaturia existente na cidade de Cambará.

Queremos chamar a atenção do povo de boa vontade de nossa terra, à nossa gente que luta pela honestidade de seus dirigentes, a esses dirigentes que põem como Presidente da Câmara, homens sem gabarito, homens sem pudor e sem moral.

Mais uma vez, por um passe de magia, e um arripio de todas as leis, é arquivada uma denúncia contra esse Prefeito que está usando e abusando do poder. É por isso que chamamos a atenção das autoridades competentes do Paraná e do Brasil, para que haja uma sindicância, para que haja, para dizermos, um "basta" a esses Prefeitos-corruptos que vêm trazendo desassossêgo para aquela sociedade tranqüila, aquela cidade de tradição do Norte Pioneiro.

Cambará, Sr. Presidente, Cambará, Srs. Deputados, Cambará, povo do Paraná, é uma cidade tranqüila, é uma cidade que, apesar das manobras de seu Prefeito, continua seguindo sua trajetória no progresso, dando ao Paraná e ao Brasil, os estímulos que seus filhos precisam. E é por isso que, neste instante, temos vergonha de ter um prefeito da estirpe de Mário Conselvan, fazendo parte de nossa facção arenista. E haveremos de trazer denúncias necessárias, e haveremos de entrar também na Justiça contra as manobras de S. Exa. o Sr. Prefeito, contra as manobras do Vereador corrupto também, do Vereador que participa do seqüestro, que hoje foi levado à Presidência da Câmara daquele próspero Município.

É de entristecer, é de estarrecer, precisarem os Deputados assomarem às tribunas para denunciarem fatos como este, nesta época.

Isto é época em que se procura um Governo sadio, onde se procura um povo sadio para governar os seus municípios. E o que vemos, Srs. Deputados, e o que vemos, Sr. Presidente, é um Prefeito corrupto, usando e abusando do Poder, o que vemos é um Vereador na Presidência da Câmara, que miraculosamente manda arquivar uma denúncia contra o Poder Executivo, mesmo levando seis votos contra, usando e abusando está o Prefeito de Cambará. E haveremos de dizer presente, haveremos de nos aliar com os Deputados da ARENA e do MDB para dizermos um "basta" para os corruptos do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Lúcio Machado - V. Exa. permite um aparte, nobre Deputado? — (Assentimento).

Nobre Deputado, é importante quando se ouve neste Parlamento, um Deputado da facção do Governo, denunciar Prefeitos que não honram porque não cumprem com dignidade o seu mandato administrativo. E V. Exa. quando usa dessa tribuna, para redenunciar o Prefeito Mário Conselvan, não só pelo fato de ter-se caracterizado como malversador do dinheiro

público, mas ainda porque, nestes últimos dias, optando pelo crime do seqüestro, para poder se safar de suas responsabilidades perante a própria Justiça, V. Exa. dá uma demonstração de qualidade parlamentar e da percepção e que a nossa função de representante do povo é estar sempre ao lado do povo e sempre prontos a proceder denúncias como esta. Mas, perdoe-me, nobre Deputado, a região Norte Pioneira do Estado, parece-me que, nesta atual administração, está vivendo sob a influência negra de Saturno. Nunca, em nenhuma oportunidade, aquela região teve uma safra de prefeitos tão desonestos, com raríssimas exceções, como tem nestes quatro anos.

E V. Exa. deve saber que o Prefeito de minha cidade que, também pertence ao Partido Governista, como todos os prefeitos da região que represento, pertencem à ARENA, está sendo denunciado pela quinta vez, pela Câmara Municipal, com pedido de "impeachment", por ter sido apanhado transportando um caminhão de cimento de propriedade da Prefeitura para sua propriedade particular.

V. Exa. age muito bem quando vem denunciar Mário Conselvan; V. Exa. agirá sempre bem quando denunciar, de nossa região, prefeitos, na maioria deles que não cumprem seu dever com dignidade para com o povo que lhes outorgou o poder de dirigir e administrar seu município. É preciso que esses homens quando fogem desse dever sejam denunciados, não simplesmente desta tribuna, não simplesmente para ficar entre as quatro paredes deste Parlamento, mas, que esta denúncia seja sempre formalizada através de requerimento às autoridades competentes para que providências sejam tomadas, porque eu entendo que quando o Prefeito faz a malversação do dinheiro público, ele avança com as garras da desonestidade, desde o mais rico, mais abastado do município até o esmoler, aquele que recorre ao dinheiro público em nome de Deus, para poder alcançar o pão de cada dia.

Se existe uma expressão como se convém utilizar em termos de ladrão, deve-se aplicar ao prefeito que desonra e indignifica o dinheiro público, porque o dinheiro público é dinheiro do povo.

Pediria que V. Exa. continuasse seu trabalho, não ficando somente em denunciar o Prefeito Mário Conselvan, porque este, acima de tudo, foi muito além daquilo que poderia ir: Deixou de ser malversador simples, para se transformar em seqüestrador de pessoas, desrespeitando o direito à liberdade humana. Eu gostaria que V. Exa. viesse a esta tribuna, todos os dias se necessário, for, e denunciasse um dos prefeitos de nossa região que não cumpre, com dignidade, o mandato que recebeu do povo de nossa querida região, Norte Velho, esquecido do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Deputado Lúcio Machado, V.

Exa. disse muito bem — se denunciarmos o Prefeito de Cambará é porque sabe bem V. Exa. que não regra sem exceção.

Exorbita V. Exa. quando, sem amparo legal, fala de outros Prefeitos honrados, honestos, trabalhadores, homens que estão lutando, dando de si para as comunas de nosso querido Norte Pioneiro.

Temos diversos Prefeitos do Norte Pioneiro que temos a honra de representar humildemente neste Legislativo; vem V. Exa. e, num passe miraculoso, procura atacar os Prefeitos honrados, dignos, sem prova consistente e cabal. Traga V. Exa. provas de qualquer prefeito que estaremos, paralelamente, com V. Exa., praticando a denúncia.

Estaremos com V. Exa. para elucidar casos de falcaturas como esta do Prefeito de Cambará. Aqui temos provas, como disse V. Exa., Deputado Lúcio Machado.

Agora, o que não vamos conseguir, não vamos tolerar, é que V. Exa. ataque os Prefeitos, os outros Prefeitos, Prefeitos honrados que aplicam o dinheiro do povo em benefício do próprio povo.

V. Exa. talvez tenha mágoa por problema político de outros Prefeitos; talvez nós também tenhamos mágoa do Sr. Mário Conselvan. Mas, aqui, nós trazemos provas conforme provou o digno e ilustre Deputado Federal Olivir Gabardo, conforme provou V. Exa. daquela tribuna.

Agora vem V. Exa. com um passe de magia, procurar confundir, infelizmente, só procurar, porque a opinião pública do meu povo é inconfundível, porque sabe todo o povo do Norte Pioneiro que os nossos Prefeitos são, com raras exceções, com exceção desse Prefeito malabarista que passou de um partido para outro e que troca de Partido como quem troca de camisa.

Os nossos Prefeitos são homens honrados, muitas vezes humildes, mas honrados, de famílias tradicionais, que estão dando de si para os municípios e para nosso querido Norte Pioneiro.

Agora, não pode vir V. Exa., num aparte que lhe concedemos com dignidade que V. Exa. merece, acusar outros Prefeitos. Ou então V. Exa. se não provar cairá no ridículo. Queria que V. Exa. trouxesse a menor prova, para que juntos denunciássemos nossos Prefeitos, e isto V. Exa. não consegue.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Apenas para completar meu raciocínio, nobre Deputado.

V. Exa. tem que saber, meu querido e eminente Deputado Lúcio Machado, que estamos numa tribuna e numa Assembléia; não estamos num palanque de comício, fazendo comício. Estamos apenas esclarecendo a opinião pública. Por isso, desafio V. Exa. a trazer provas concretas e palpáveis, contra qualquer Prefeito do Norte Pioneiro, contra qualquer Prefeito do Paraná, seja ele da ARENA ou do MDB, e estaremos aqui juntos com V. Exa., para denunciarmos ao Paraná e à Nação.

Agora V. Exa., mais uma vez peça vênia à sua consciência. Não se acusa homens do gabarito dos Prefeitos do Norte Pioneiro, pertençam eles à ARENA ou ao MDB. São eles homens honrados, humildes mas honrados. E sabe bem V. Exa. e eu sei perfeitamente, quando éramos Prefeito e V. Exa. de Santo Antonio da Platina, e nós humildemente administrávamos a cidade irmã que é Joaquim Távora, também fomos chamados de corruptos; também fomos, chamados de subversivos. Mas provas não existiam e não existem, Deputado Lúcio Machado.

E é por isso que em homenagem ao povo bom do Paraná, em homenagem às senhoras desses Prefeitos que V. Exa. ataca, em homenagem às criancinhas daquelas comunas, que são atacadas por V. Exa., injustamente, peça, desta tribuna, vênia, Sr. Deputado, ou então, traga provas.

Peço desculpas, Deputado Lúcio Machado, e mais uma vez, com aquela vontade férrea de fazer demagogia, V. Exa. vem atacar Prefeitos de minha comuna, porque não vamos admitir isso, como também não há de se admitir V. Exa. quando, injustamente, atacamos elementos de sua facção.

Dou o aparte a V. Exa.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. deveria usar o termo demagogia, para si próprio. Primeiro, porque, está claro que V. Exa. denuncia o Prefeito Mário Conselvan com todo esse ardor, porque em Cambará, V. Exa. sofreu a divisão político-partidária, tendo sido o mais votado o colega de V. Exa., Deputado cujo nome não me lembro nesta oportunidade.

E V. Exa., ao mesmo tempo que traz a este Plenário uma denúncia fundamentada contra um dos Prefeitos que tem agido com grande honestidade, caracterizada na região que representamos, V. Exa. me pergunta se tenho documentos para provar que tem agido também dignamente o Prefeito de Santo Antonio da Platina, seu autêntico cabo eleitoral, e que lhe deu uma produção de votos, extraordinária. Eu tenho a documentação e a documentação lhe dou, neste instante.

São dez Vereadores da ARENA, do seu Partido, que de-



nunciaram recentemente na Câmara Municipal o Prefeito Ademar Leite, de Toledo, e que pediram, conseqüentemente, o seu "impeachment", baseados em um amontoado de erros administrativos, e caracteriza desonestidade.

Logo, nobre Deputado, não defendo a este e não condeno aquele, porque entendo que nossa função não é pagar o voto recebido, com a demagogia que V. Exa. está caracterizadamente fazendo.

Aí tenha certeza o Prefeito, que está caracterizadamente condenado pela própria representação partidária a que ele pertence, que é o caso do município de Santo Antonio da Platina.

**O SR. GABRIEL MANOEL** — Já lhe disse, nobre Deputado.

V. Exa. tem fatos concretos e palpáveis, a tribuna está lá, para que V. Exa. denuncie estes fatos. E vai uma pergunta: quantos prefeitos V. Exa. julga? Mas tenha peito para falar a verdade, porque não se pode julgar uma plêiade de Prefeitos por um Prefeito como o de Cambará; não vou admitir que V. Exa. procure tripudiar sobre a honra de um Prefeito honesto, sobre líderes políticos honestos, como também não ocupamos esta tribuna para falar bobagens, não pedimos apartes para procurar denegrir a honra de homens cristãos, como V. Exa. está fazendo.

Se o Prefeito como diz V. Exa., deve algo, então tenha peito de vir à tribuna, como eu estou fazendo agora, e como fez V. Exa. que luta contra o Prefeito de Cambará. V. Exa., Benedito Lúcio Machado, ilustre Deputado, que está misturando alhos com bugalhos, teremos que separar o joio do trigo, porque se assim não fora, todos os homens de boa vontade, todos os homens honrados, como foi V. Exa. na Prefeitura de Santo Antonio da Platina, estão à mercê de tiradas demagogas, estão à mercê de homens que vão à tribuna para falar inverdades, estão à mercê de homens que procurando tirar proveitos em vésperas eleitorais, vão à tribuna procurando denegrir, como disse, homens honrados, que não fazem outra coisa, a não ser trabalhar pelo bem estar de sua terra e de sua gente.

Veja bem, ilustre Deputado Lúcio Machado, o ilustre Deputado e ex-Deputado Estadual, e para honra nossa, o Deputado Olivir Gabardo foi à tribuna da Câmara Federal, lá naquele congresso, com homens ilustrados, ele apenas situou-se na verdade. Foi por isso a repercussão em Cambará, por isso foi a repercussão em todo o Paraná.

Porque Olivir Gabardo, limitou-se como disse, apenas em falar a verdade, sem demagogia. Falou palavras fundamentadas, falou o que está escrito, de acordo com o direito do povo, de acordo com o direito do contribuinte e principalmente, de acordo com o sagrado direito cristão.

E é por isso, Deputado Lúcio Machado, que V. Exa. mais uma vez peca, quando denuncia Prefeitos honrados e honestos.

**O Sr. Accioly Neto** — V. Exa. concede um aparte? — (Assentimento).

Sr. Deputado, estou prestando muita atenção, no pronunciamento de V. Exa., assim como, com o entusiasmado aparte do ilustre Deputado Lúcio Machado. E senti-me de repente, diante de uma polêmica que se estabeleceu em fins de 1.800, início deste século, entre dois mais ilustres e eminentes juristas alemães, Savigny e Von Hering, os quais disputavam a primazia de estabelecer, em definitivo, o que era o Direito, qual o seu conceito e quais seus fundamentos.

Vejo que V. Exa., Sr. Deputado Gabriel Manoel, vê o Direito como via Savigny, por um lado estabelecendo suas premissas, todas elas com um colorido profundamente partidário.

De um lado, o eminente Deputado Lúcio Machado, tal qual Von Hering, viu o seu Direito com um colorido, também partidariamente, só que com outro matiz.

E fiquei, aqui, realmente, numa grande dúvida, tal qual como estudante havia ficado perplexo, sem saber se ficava com Savigny ou Von Hering. Gostaria que V. Exa. me esclare-

cesse qual a diferença fundamental entre a corrupção praticada por Prefeito da ARENA e a corrupção praticada pelo Prefeito do MDB, em face do Direito.

Então gostaria que ambos esclarecessem, em definitivo, tal polêmica que é histórica, para que eu conseguisse, afinal, descobrir qual é o conceito de Direito e quais seus fundamentos.

Muito obrigado.

**O SR. GABRIEL MANOEL** — Respondemos o aparte do ilustre

Deputado Accioly Neto, o direito da força, ou a força do direito, conforme diziam aqueles dois juristas, naquela polêmica, não deve se restringir a esses dois partidos. Porque, estamos não para julgar atitudes de Prefeitos, estamos apenas esclarecendo fatos, trazendo fatos, sem procurar saber se o Prefeito pertence ao MDB ou à ARENA.

O que desejamos é dar uma satisfação ao povo de nossa cidade: Cambará, uma satisfação ao povo do Norte Pioneiro.

Disse bem o ilustre Deputado Lúcio Machado ao fazer um reparo sobre nossa votação em Cambará, dizendo que tivemos lá uma votação expressiva. Mas, conseguimos essa votação ao lado daqueles homens que trabalham pensando no bem do Estado, no bem de nossa gente. Nossa votação não foi feita com cheque no bolso, para comprar prefeitos. Porque, nós, como V. Exa., ilustre Deputado Lúcio Machado, fomos apenas solicitar os votos por intermédio de nossos companheiros, de nossos cabos eleitorais, com o objetivo de fazermos algo em benefício do povo.

Portanto, creio que o nobre Deputado Lúcio Machado está mais apto para responder a pergunta do eminente Deputado Accioly Neto, porque não estamos procurando denegrir elementos do MDB, nem da ARENA.

Apenas assomamos à tribuna com aquela humildade que é peculiar ao homem do Interior, para denunciar falcaturas, sem demagogia, sem procurar denegrir quem quer que seja, sem procurar tripudiar sobre país de família. Porque, se assim o fizéssemos, ilustre Deputado, como iríamos, amanhã, enfrentar nossos filhos, depois de uma denúncia falsa, de uma denúncia injusta?

**O Sr. Lúcio Machado** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, pela terceira vez eu aparteio, admirando o seu procedimento, porque tem coragem de denunciar desta tribuna, corrupção praticada pelo Prefeito da comunidade regional que representamos.

Causou-nos estranheza, entretanto, a observação do eminente Deputado Accioly Neto, eminente professor de Direito Penal, quando lançava neste Plenário a pergunta, sobre qual a diferença que poderá haver entre corrupção praticada pelos homens do MDB e da ARENA? S. Exa., eminente professor, sabe acima de tudo o que direito é objetivo e não faria, em nenhuma oportunidade, qualquer diferenciação. Então, cumpre-me defender que, na minha região, como na região de V. Exa. também representa, não existem Severinos nem Dorneles e, ainda mais, lá não existe nenhum Prefeito do MDB. Se corrupção está sendo feita, se falta dignidade administrativa, ela está sendo cometida na minha região e nenhum deles se chama Severino nem Dorneles e nenhum deles é do MDB, porque o único que se elegeu pela nossa bandeira, faltou-lhe dignidade e honra e passou para o lado de lá da ponte e o nome dele é Mário Conselvan, esse Prefeito que está sendo denunciado pelo próprio Partido do Governo, através do Sr. Deputado Gabriel Manoel.

Muito obrigado.

**O SR. GABRIEL MANOEL** — Mas, vamos à denúncia, Deputado Lúcio Machado, porque sabemos o que fazemos, pelo menos procuramos saber e falar sobre fatos concretos. É como dizia um saudoso Deputado, Miran Pirihi, "c resto é fofoca". — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na qualidade de representante nesta Casa, da maioria dos municípios da região do Vale do Ivaí, municípios que congregam a Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, composta por 16 municípios, com sede na cidade de Jandaia do Sul, tendo como cidade polo, Apucarana, embora não tendo feito campanha naquela cidade, em respeito aos candidatos locais, recebi uma votação também naquela cidade e, passadas as eleições, como o candidato que concorreu pela ARENA, não conseguiu sua eleição, e dada a importância de Apucarana, na região, venho dando minha contribuição, trabalhando anonimamente por Apucarana.

Tenho recebido reivindicação de professores, Vereadores e Prefeitos e sem intervir ou interferir na vida política de Apucarana, tenho procurado atender.

Neste ano, que é um ano eminentemente político na vida municipal, e como já mencionei a importância de Apucarana para a região do Vale do Ivaí, não posso ficar alheio à política de Apucarana.

Na sexta-feira passada o eminente Deputado José Domingos Scarpelini, ocupou esta tribuna para fazer um apelo à ARENA, tecendo críticas ao Prefeito Municipal, no sentido de que fosse feito um recapeamento, a fim de acabar com os buracos na cidade de Apucarana.

Em seguida, vim à tribuna dizer que o Governo já tinha tomado providências, que o serviço tinha sido iniciado e que voltaria hoje com dados mais concretos com referência a Apucarana.

Creio que houve um equívoco por parte do eminente Deputado quando ocupou a tribuna para fazer o apelo à ARENA e ao Governo no sentido de que salvasse Apucarana, que estava à beira do abismo. Digo que houve um equívoco porque acho que o nobre Deputado veio à tribuna para agradecer ao Governador o atendimento ao seu pedido, uma vez que o serviço já estava sendo iniciado.

Como bem disse, S. Exa., saiu de Apucarana na sexta-feira, dia 18 e no dia 16 já tinha sido iniciado o serviço naquela cidade. Para vir a Curitiba o nobre Deputado, forçosamente, teria que passar naquele trecho onde o serviço estava sendo executado.

No dia 16, a firma CIPATE estava trabalhando em Apucarana, devendo estar concluído, até quinta-feira desta semana, o trecho do Viaduto até o Posto Moquem. É um trecho de 800 m, onde está sendo feita a retificação da pista e o recapeamento. Foi feita a operação "tapa buraco" do Posto Moquem ao Estádio Paulo Pimentel e será feito, também, o recapeamento nesse trecho numa extensão de 2.400 m. O restante da Avenida, o DER vai participar com material e o serviço será executado pela Prefeitura.

Para evitar que se faça, também, apelo ao Governo para que conclua o contorno de Apucarana, informo que esse contorno estava sendo executado pela firma SOTEC que deixou a obra. Entretanto, será entregue a outra firma, nestes próximos dias, ou por administração direta do DER, os 1.700 m que faltam para recapeamento, serão entregues ao tráfego dentro de poucos dias.

Estou formulando um convite a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, para a inauguração da Faculdade de Ciências Econômicas, de Apucarana, dia 24 de julho ou seja no próximo mês.

O Sr. José Domingos Scarpelini — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Gostaria de, nesta oportunidade, perguntar a V. Exa., qual a colaboração que o Governo do Estado tem dado diretamente à Faculdade de Ciências Econômicas para a construção da mesma,

uma vez que V. Exa. está dizendo que a obra é do Governo e está convidando o Sr. Governador para a inauguração.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Com todo o prazer nobre Deputado. Não disse que é obra do Governo a Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana. Estava dizendo que a Faculdade de Apucarana será inaugurada no dia 24 de julho e estávamos convidando S. Exa., o Sr. Governador, para se fazer presente.

No início dessa obra foi liberada uma verba de 400 mil cruzeiros para o início da obra; este ano foram liberados 600 mil cruzeiros para a manutenção e estamos pedindo um reforço de verba para mais um mil e trezentos e sessenta e um cruzeiros e a Faculdade de Apucarana tem recebido para pagamento de pessoal. No ano passado entregamos em mãos do Diretor da Faculdade um cheque de 400 mil cruzeiros para o início da obra. Na realidade, essa Faculdade está sendo inaugurada mais pelo trabalho feito pelo Diretor da Faculdade e pelo Diretor Acadêmico, os quais vêm fazendo empréstimos particulares. É verdade que a obra será inaugurada, mas muitos compromissos ainda têm que ser saldados e esperamos contar com a colaboração do FAS através de um pedido que fizemos àquele órgão para a conclusão dessa obra.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Nobre Deputado, continuando no aparte se V. Exa. me permite, sei perfeitamente da boa intenção de V. Exa. e sei que V. Exa. está tentando ajudar a Faculdade de Ciências Econômicas, mas o nobre Deputado se referiu a um dinheiro que foi doado à Faculdade na ordem de 400 mil cruzeiros...

O SR. GILBERTO CARVALHO — Certo.

O Sr. José Domingos Scarpelini — ... e este ano 600 mil cruzeiros...

O SR. GILBERTO CARVALHO — Já foram entregues estes 600 mil cruzeiros.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Permita-me V. Exa. em vista da obra que está sendo feita em Apucarana, essa quantia e quase que irrisória. Agora o que não entendo é porque não sei a liberação do outro financiamento. Se o Governador, se o nobre Deputado que se dá tão bem com o Diretor da Faculdade de Apucarana, que vive um a tiracolo do outro porque ele é o candidato indicado por V. Exa. à Prefeitura de Apucarana, não consegue a liberação desta verba, Nobre Deputado, nós temos que pedir socorro mesmo para Apucarana.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Posso responder nobre Deputado?

Se fosse o problema da Faculdade de Apucarana, de conclusão daquela obra, já estaria liberado o recurso. Sabe bem V. Exa. o quanto o Governo do Estado tem aplicado nas três Universidades, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Está o Governo procurando entrar em entendimento com o Ministério de Educação, se nós não conseguirmos a federalização desta três Universidades, uma maneira em que o Ministério de Educação participe um pouco mais para aliviar um pouco o Estado com estas despesas. Além da Faculdade de Apucarana, tem pedido de financiamento e não faz para várias outras Faculdades do Paraná e para liberação destes recursos precisa de aval do Governo do Estado porque é uma fundação e precisa do aval do Governo do Estado.

E está sendo aguardado que seja solucionado o problema das três Universidades e que alivie um pouco o Governo do Estado para definir esta situação dos financiamentos para as faculdades. Se fosse o caso de Apucarana, isoladamente, estaria já resolvido. Mas não pode o Governo dar o aval para Apucarana e deixar as demais faculdades que também precisam ser atendidas e que o Governo não tem condições de atender de uma vez dada a grande despesa que tem neste setor universitário.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Me permite novamente apartear-lo, nobre Deputado.

V. Exa. sabe perfeitamente que a Faculdade de Ciências



Econômicas de Apucarana, Fundação, vive de favores em um prédio que não tem a mínima condição de ser um prédio para o funcionamento de uma faculdade. E no nosso entendimento e no entendimento também acredito, de V. Exa., é de extrema urgência o término desta obra para funcionar no prédio novo, no próximo ano.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Será inaugurada no dia 24 de julho.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Se o Governador, mas não pelo que a gente está sentindo, não pela responsabilidade, não pela iniciativa que tem assumido o Estado mas sim pela responsabilidade que têm assumido empresários que têm avaliado que têm ido a Bancos, que têm sacado dinheiro em nome até particular para construção desta obra. Então, V. Exa., sabedor disto, transmita ao Governador que é mais urgente o caso de Apucarana que deixe o caso de Londrina, o caso de Maringá por mais uns 30 dias ou 60 dias e procure resolver o caso de Apucarana.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, sabe V. Exa. que é uma fundação e que se existe a participação de pessoas de Apucarana, são pessoas que fazem parte desta Fundação e o Governo está dando esta colaboração porque a faculdade não é do Estado e também está dando dentro das possibilidades e creio que vai dar o atendimento e vamos conseguir a liberação de recursos porque os compromissos assumidos por parte de particulares terão que ser liquidados. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a situação de Apucarana é bastante difícil com referência ao grande tráfego que demanda para Curitiba e para São Paulo.

Passando tudo por dentro da cidade, cuja estatística levantada constatou que 20 mil veículos por dia passam por dentro de Apucarana, o Prefeito tentando consertar, mudou o tráfego pesado para outra rua. Esta rua não estava em condições de receber aquele tráfego pesado e acabou danificando também aquele asfalto. A solução, uma medida paliativa, será a conclusão do retorno. Digo paliativa, porque não é a solução definitiva. É um serviço que estava iniciado e praticamente o Governo foi forçado a concluir aquele serviço. Mas não vai solucionar o problema de Apucarana porque tem o tráfego de São Paulo que continua passando por Apucarana, só vai solucionar à hora que sair a duplicação da Estrada BR-369. Nesta duplicação, forçosamente terá que ser construída a perimetral, aliviando definitivamente e resolvendo de uma vez por todas o problema do tráfego de Apucarana.

Nós sabemos da luta, da dificuldade, o Prefeito atravessou um pouco na recuperação quando as ruas estavam sendo danificadas porque achava que deveria o Governo Federal, se a estrada é federal, embora seja perímetro urbano, mas que esta danificação não é de veículos do município de Apucarana, mas de todos que passam por lá e que deveria haver uma participação, e atrasou na execução, mas o serviço está sendo executado e o povo de Apucarana será atendido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não procurei e não recebi apoio na minha campanha, do Prefeito Luiz Antônio Biachi, de Apucarana, e provavelmente não vá apoiar o seu candidato a Prefeito. Mas, é preciso que se faça justiça. O Prefeito de Apucarana está trabalhando; o volume de obras realizado em Apucarana, na sua administração é grande. No campo social nós sabemos o atendimento que vem dando, principalmente na zona rural, no setor de educação.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Nobre Deputado permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de, nesta oportunidade, fazer um elogio, e, como sou um homem de espírito muito liberal, gostaria de fazer um elogio à maneira como o Prefeito de Apucarana vem atendendo o povo da zona rural. E esse elogio eu quero estender por ele ter descoberto alguém em Apucarana que mereça um prêmio internacional, porque um médico — que consegue durante um dia

consultar e medicar mais de 150 pessoas, merece um elogio da nossa parte. E o médico responsável que acompanha a comitiva do Prefeito à zona rural, que muitas vezes distribui medicamentos errados pela pressa com que faz as consultas.

V. Exa. me perdoe nobre Deputado, mas a assistência social do município de Apucarana está falida pela demagogia do Prefeito. Porque não podemos admitir que um médico que trabalha apenas 4 horas por dia, nos dias em que trabalha acompanhando o mutirão, possa consultar e medicar 150 pessoas. V. Exa. me desculpe, mas o Paraná precisa saber, do charlatanismo que acontece e que dão depois esses dados estatísticos como V. Exa. irá narrar e irá provar através de documentos assinados pelo Prefeito de Apucarana, que para a tribuna, e que para a defesa e que para o ataque têm valor, mas que para a saúde do povo não tem mérito e nem valor.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, V. Exa. fez neste momento uma denúncia muito séria.

V. Exa. diz que o médico faz um grande número de consultas, dando medicamentos errados. Uma denúncia destas cabe até levarmos à Secretaria de Saúde para que faça uma sindicância e constate a veracidade destes casos, porque não podemos de maneira nenhuma permitir que aconteça em qualquer parte do nosso Estado e do País, um médico que vem dando medicamentos errados, não sei por que motivo. Se existe em Apucarana, é preciso que se denuncie e que se dê uma punição, uma sindicância para tal situação.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Está feita a denúncia. Encaminhe-se às autoridades competentes para as providências.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, quero, neste momento, requerer cópia deste trecho do aparte do eminente Deputado José Domingos Scarpelini, quando disse “da distribuição de medicamentos errados por médico de Apucarana”, para que eu possa mandar capear num requerimento meu à Secretaria de Saúde, para que tome as devidas providências. Não vejo, nobre Deputado, com todo o respeito, no discurso proferido por V. Exa., quando diz que o Prefeito não tem coragem de decretar o estado de calamidade pública; não tem interesse ao Prefeito, ao povo de Apucarana, de decretar; o que interessa, é atacar as obras, com urgência. Está sendo feito, com conhecimento do Deputado, porque não teria condições de sair de Apucarana, sem...

O Sr. Jurandir Messias — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Um momentinho; V. Exa.

permita que eu conclua o meu pensamento e eu prometo que já lhe concederei o aparte. Pediu o Deputado que dissesse ao Sr. Governador do Estado do Paraná, que Apucarana fica no Paraná. É preciso que se diga que o Governo está sempre em Apucarana, porque toda vez que o melhoramento vai a Apucarana, é a presença do Governo; na implantação de telefones, na implantação de serviço de água, recapeamento de ruas, retorno de Apucarana, enfim, no atendimento de Apucarana.

Falou, também, que o Governo tirasse um pouco da verba de publicidade. V. Exa. sabe os recursos que existem para publicidade e sabe quanto o Governo gasta em publicidade e que o Governo está dando prioridade ao atendimento, ao atendimento em todos os campos, em todos os setores quer na saúde, quer no setor de estradas e, principalmente, no interior que está verificando pessoalmente e dando atendimento; sem demagogia, sem conquistar.

Apucarana, não está desaparecendo, como V. Exa. disse. V. Exa. sabe o que tem, hoje, Apucarana. Não dá tempo, tenho aqui uma estatística mas, não é preciso que leia, V. Exa. conhece muito bem, como filho de Apucarana, o que tem Apucarana que é o orgulho da nossa região do vale do Ivaí.

E Apucarana, neste setor, será recuperada dentro de poucos dias, como já disse, no próximo mês, o contorno estará entregue ao tráfego e, Apucarana, voltará a viver melhores dias, não ainda com uma solução definitiva, como já disse, porque eu

não acredito naquela solução do contorno, que já estava iniciado e que o Governo não tinha outra saída e não poderia abandonar. Que, a única solução é a duplicação da BR-369, para solucionar aquele...

**O Sr. Jurandir Messias** — V. Exa. permite um aparte? (**Assentimento**). Deputado Gilberto Carvalho. Acompanho o vosso pronunciamento com bastante atenção e queria, neste momento levar até V. Exa. meus parabéns pela causa que abraça, causa justa, uma causa digna.

Também acompanho os apartes do eminente Deputado José Domingos Scarpelini, o qual admiro muito, prezo bastante.

V. Exa., Deputado Gilberto Carvalho, apenas para contribuir com a defesa que V. Exa. faz desta tribuna, nesta tarde, da Administração Pública, principalmente, V. Exa. poderia enumerar que neste ano, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, deverá entregar, em plenas condições de funcionamento, às crianças deste Estado, mais de três mil salas de aulas. V. Exa., também, a título de colaboração, deverá levar ao conhecimento que serão criados, aproximadamente, duzentos ginásios distritais no Estado do Paraná.

Também, novas faculdades, como a Faculdade de Agronomia de Londrina, recentemente, criada.

Então, V. Exa. há de convir, ilustre Deputado Gilberto Carvalho, se o Governo do Estado do Paraná, pudesse gastar todo o dinheiro arrecadado, somente com a educação, seria, talvez, o Estado pioneiro neste setor, no mundo.

Mas infelizmente o Governo tem inúmeras outras obrigações que não permitem que ele aplique somente no setor de educação. Mas, mesmo assim o Deputado José Domingos Scarpelini há de convir conosco que o Governo vem desempenhando neste setor um trabalho, digamos assim, com bastante afinco, a fim de que o Estado do Paraná, nesse setor de educação se aprimore dia a dia.

Então, queria, agradecendo ao Deputado Gilberto Carvalho, apenas dizer que V. Exa. também pode usar destes argumentos desta sua tribuna para que o povo, para que o Paraná, especialmente o Paraná tenha conhecimento dessas salas de aulas, principalmente porque são mais de três mil, como eu disse, que estão quase que já concluídas e entregues às crianças do nosso Estado.

Muito obrigado Deputado.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Eu é que agradeço, nobre Deputado o aparte que me oferece, nesta tarde.

**O SR. PRESIDENTE** — (**Paulo Camargo**). A Mesa comunica ao nobre orador que faltam dois minutos para a conclusão da Hora do Expediente, que é improrrogável.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Mas sabe bem V. Exa., que proporcionalmente os magistrados, o Paraná, o Governo do Paraná é o que mais aplica no ensino superior, dado a esse ônus que nós temos, de três Universidades.

Nós haveremos de encontrar uma solução, já que está havendo gestão junto ao Ministério de Educação para solucionar. Porque é preciso que se dê atendimento ao ensino de primeiro e segundo grau, que não pode faltar de forma alguma e que o Governo está procurando e está dando toda a atenção para atender aquelas crianças que estão lá, na zona rural e que com tanta dificuldade e que muitos não têm nem condições de mandar seus filhos à sede do município.

Encerrando, Sr. Presidente, quero dizer que Apucarana está se desenvolvendo, dia a dia; que Apucarana é o orgulho da região do Vale do Ivaí, e, que uma vez solucionado esse problema do recapeamento, que não é um dos trabalhos que leva tanto tempo para sua conclusão, e, que dentro de poucos dias, com a ida do Governador, com as obras que estão para ser inauguradas, é preciso que haja divulgação para que o povo tome conhecimento.

Porque quando uma rua está esburacada, se traz ao conhecimento do público; mas não se leva ao conhecimento do povo o

número de salas de aulas que tem Apucarana. O recurso pago, o recurso aplicado na Faculdade, aplicado no primeiro e segundo grau, aplicado no convênio pró-safrá, dando condições de melhoramento de todas as estradas municipais naquela região.

É preciso que o povo tome conhecimento dessas realizações do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (**Sem revisão do orador**).

**O SR. PRESIDENTE** — (**Paulo Camargo**). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado**.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**3ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução nº 52/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 42/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Rio Bom, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Ginásio Estadual e o Posto de Saúde, no referido município. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado**.

**3ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 53/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 43/76, que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Rondon, objetivando execução de reparos onde funcionam o Grupo Escolar Castro Alves, Delegacia de Polícia e o Ginásio Estadual Almirante Barroso, da sede do referido município. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado**.

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei número 43/76, de autoria do Deputado João Cioni Netto, que autoriza o Poder Executivo a permutar área de terras em Umuarama. Pareceres **favoráveis** da CCJ, CF e CTIC, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei número 48/76, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Luciano Stencil. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei número 49/76, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que declara de utilidade Pública a Congregação do Padres Missionários de Nossa Senhora Consoladora, da cidade de Cascavel. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei número 51/76, de autoria do Deputado Jayme Carvalho, que declara de utilidade pública a Tenda de Umbanda Pai José, com sede e foro nesta Capital. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei número 55/76, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos — Casa da Amizade de Nova Esperança —, com sede e foro na mesma cidade. Parecer

favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 56/76, de autoria do Deputado Enéas Faria, que declara de utilidade pública estadual o IMontepiol Cooperativista do Brasil, com sede na cidade de Porto Alegre — RS. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 57/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que denomina de Instituto de Polícia Técnica José Merhy, o Instituto de Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública. — Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 58/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 70/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Agricultura, com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, objetivando execução do Projeto Integrado de Preservação e Pesquisa dos Recursos Naturais Renováveis. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 58/76.

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 05 de julho de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura, com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, objetivando a execução do "Projeto Integrado de Preservação e Pesquisa dos Recursos Naturais Renováveis".

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 70/76

Dando cumprimento à disposição constitucional, o Exmo. Sr. Governador do Estado encaminha a esta Casa, Mensagem de número 12/76, convertida no Projeto de Resolução que ora se examina, visando colher aprovação para o convênio celebrado, através da Secretaria de Estado da Agricultura, com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, que objetiva a execução do "Projeto Integrado de Preservação e Pesquisa dos Recursos Naturais Renováveis".

A matéria é constitucional e está legalmente em condições de merecer aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 59/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 71/76, que aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, com o município de Clevelândia, visando o Fomento Agropecuário na Região. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 59/76

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura, com o município de Clevelândia, visando

ativar o fomento agropecuário na região.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 71/76

Acompanhado da Mensagem Governamental número 13/76, de 23/01/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura, com o município de Clevelândia, visando ativar o fomento agropecuário na região.

Cumprido o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 60/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 73/76, que aprova o Termo Aditivo de Renovação de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social e o Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha, da cidade de Ponta Grossa, com objetivos que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 60/76

Art. 1º — Fica aprovado o Termo Aditivo de Renovação de Convênio celebrado em 16 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e o Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha, da cidade de Ponta Grossa, objetivando o atendimento no Hospital supra referido de doentes sem recursos, encaminhados pelo Departamento de Saúde Mental.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 73/76

Acompanhado de Mensagem Governamental número 15/76, de 27 de janeiro de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo Aditivo de Renovação de Convênio celebrado em 16 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e o Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha, da cidade de Ponta Grossa, objetivando o atendimento no Hospital supra referido de doentes sem recursos, encaminhados pelo Departamento de Saúde Mental.

Cumprido o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da

matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 102/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que atribui ao Governador e ao Vice-Governador do Estado, ajuda de custo mensal a título de mordomia, de valor igual aos respectivos subsídios e reajustáveis sempre que estes sofrerem alterações. Pareceres **favoráveis** da CCJ e CF., por unanimidade. — **Aprovado**.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 102/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica atribuída ao Governador e Vice-Governador do Estado uma ajuda de custo mensal, a título de mordomia, de valor igual aos respectivos subsídios e automaticamente reajustáveis sempre que o valor destes sofrer alterações.

Parágrafo único — A ajuda de custo de que trata este artigo, só será devida enquanto o Governador e o Vice-Governador não disponham de residência oficial.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1976.

(aa) IVO THOMAZONI

OSVALDO MACEDO

#### JUSTIFICATIVA:

É de competência exclusiva da Assembléia Legislativa dispor sobre a remuneração do Governador e Vice-Governador do Estado (Art. 22, inciso II, da Constituição Estadual).

Os subsídios e representação do Governador do Estado estão fixados pela Resolução número 06/66, de 02 de dezembro de 1966, em quantum correspondente a dois terços (2/3) dos subsídios e representação atribuídos ao Presidente da República, os quais, por sua vez, foram fixados pelo Decreto Legislativo número 76, de 06 de dezembro de 1973, do Congresso Nacional, publicado no Diário Oficial da União de 07 do mesmo mês e ano.

Considerando-se que, com a aprovação, em vias de concretizar-se, dos novos vencimentos da magistratura, os Desembargadores do egrégio Tribunal de Justiça passarão a perceber remuneração que ultrapassará sensivelmente o valor da atribuída ao Governador do Estado; considerando-se que os Governadores, na totalidade, com exceção do Paraná, percebem, além dos subsídios e representação, verbas chamadas de mordomia, além de possuírem residência oficial, o que aqui também não ocorre, entendem os subscritores deste Projeto de Resolução que é de inteira justiça a medida que preconizam, de atribuir uma ajuda de custo especial ao Chefe do Poder Executivo e seu substitutivo legal, a fim de compensar-lhes a defasagem remuneratória em que se encontram em relação aos seus colegas da Federação.

Esperam, pois, merecer o apoio de seus nobres pares para a presente iniciativa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Resolução nº 102/76

De autoria dos nobres Deputados Osvaldo E. Macedo e Ivo Thomazoni, respectivamente, líderes das bancadas do MDB e ARENA, o presente Projeto de Resolução número 102/76, visa atribuir ao Governador e Vice-Governador do Estado, uma ajuda de custo mensal, a título de mordomia, de valor igual aos respectivos subsídios e automaticamente reajustáveis sempre que o valor destes sofrer alterações.

O Projeto de Resolução na sua justificativa demonstra a competência legal e constitucional para esta Assembléia atribuir tal vantagem ao Governador e Vice-Governador do Estado, bem

como, da oportunidade da sua concessão.

Nestas condições, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, temos a nos manifestar favoravelmente ao Projeto de Resolução, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de junho de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Resolução nº 102/76

A medida é justa, tendo em vista que a totalidade dos Governadores percebem verbas de mordomia, além de possuírem residência oficial.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça já manifestou-se favoravelmente ao projeto.

Quanto ao aspecto que cabe a esta Comissão analisar, nada temos a opor.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1976.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 117/74, oriundo da mensagem número 45/74, do Poder Executivo, objetivando doar ao município de Paranaguá, o lote de terreno urbano, situado na referida cidade conforme especifica. Pareceres **favoráveis** da CCJ, CF e CTC., por unanimidade. — **Aprovado**.

#### PROJETO DE LEI Nº 117/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Paranaguá, o lote de terreno urbano, da cidade de Paranaguá, situado à Avenida Bento Rocha, esquina para a rua Professor Cleto, com 44,00 metros de frente, sob 60,00 metros de fundos, com a área total de dois mil quinhentos e quarenta e um metros quadrados, adquirido pelo Estado do Paraná, por escritura pública de doação do próprio município de Paranaguá, conforme transcrição número de ordem 1343 do livro 3-C, às fls. 222, de 14 de dezembro de 1937, do Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 117/74

1 — Trata o presente projeto, oriundo da Mensagem número 45/74, que visa autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Paranaguá, o lote de terreno urbano, situado na Avenida Bento Rocha, esquina para a rua Professor Cleto, com 44,00 metros de frente por 60,00 metros de fundos, adquirido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição número 1343, do Livro 3-C, às folhas 222, de 14 de dezembro de 1937, do Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá.

2 — Não há dúvida de que a Mensagem Governamental consubstancia matéria de relevante interesse público e social, merecendo total acolhida nesta Comissão, tanto pela sua indiscutível importância e oportunidade, como pela constitucionalidade de que se reveste.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1975.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 117/74

1 — Com a Mensagem nº 45/74, o Senhor Governador do

Estado encaminhou a esta Assembléia anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Paranaguá, o lote de terreno urbano situado à Avenida Bento Rocha, esquina para a rua Professor Cleto, naquela cidade, com 44,00 metros de frente por 60,00 metros de fundos com área total de dois mil e quinhentos e quarenta e um metros quadrados, adquirido pelo Estado do Paraná, por escritura pública de doação do próprio município de Paranaguá.

2 — A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria se pronunciou favoravelmente à mesma, por considerá-la justa, meritória e oportuna.

3 — Quanto ao aspecto financeiro, competência desta Comissão para opinar, temos a dizer que nada há a opor à iniciativa do Chefe do Poder Executivo, que atende aos elevados interesses públicos, visando regularizar situação existente e que é do interesse de ambas as administrações, estadual e municipal.

Pelo exposto o nosso parecer é pela APROVAÇÃO do projeto.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente  
GABRIEL MANOEL — Relator

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei nº 117/74

O Projeto de Lei número 117/74, oriundo da Mensagem número 45/74, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Paranaguá o lote de terreno urbano situado na Avenida Bento Rocha, esquina para a rua Professor Cleto, com 44,00 metros de frente por 60,00 metros de fundos, adquirido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição número 1343, do Livro 3-C, às folhas 222, de 14 de dezembro de 1937, do Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá.

No âmbito desta Comissão, entendo que o Projeto está em condições de ser aprovado. O Parecer é pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1976.

(aa) EGON PUDELL — Presidente  
JOÃO CIONI NETTO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 14/76, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo denominar de Júlio Maria Pedroso de Moraes, um prédio público estadual localizado no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 14/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar de "Júlio Maria Pedroso de Moraes" a um prédio público estadual localizado no município de Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET

#### JUSTIFICATIVA:

À primeira vista poderá parecer estranho que se dá a alguém a homenagem póstuma como a que propomos, ainda mais, se este alguém é um desconhecido da vida pública a política paranaense, e, ainda mais, que tivessem somente vivido 18 anos.

Mas Júlio Maria Pedroso de Moraes a merece. Do anonimato da sua vida mais anônimos ainda foram seus atos, que somente sua morte permitiu mostrar a nós o quão magnânimo e altruísta foi seu coração de jovem, que, mesmo sem fugir ao clichê da juventude brasileira, alegre, dinâmico, disposto, brincalhão, soube somar a isto tudo a bondade, o desejo de

ajudar, o verdadeiro coração criado nos que bem sem perguntar a quem.

Júlio, mais uma vítima do louco trânsito atual, morreu aos 18 anos, e após seu desaparecimento, começaram a surgir os seus atos para com o próximo. Em seu colégio inúmeras foram as mensalidades descobertas em que diversos alunos, sem condições de pagá-las, estudavam pelo bolso de Júlio. Ninguém jamais soube. Nem seus pais, que mais tarde mais ainda viriam a se orgulhar do bom filho que, de seu ordenado como empregado da firma do pai, usava-o, quase todo, para custear os estudos dos colegas menos abastados e de outros em diversas escolas.

Fazer o bem sem olhar a quem, diz o velho adágio e o jovem Júlio seguiu-o à risca. São inúmeras as pessoas que choram por aquele que um dia os ajudou.

Nada mais justo que homenagear a este benemérito anônimo que em apenas 18 anos de vida muito mais construiu para o próximo do que muita gente já vivida de idade.

Júlio Maria Pedroso de Moraes, fez, em 16 anos, o que quase todos não fazem em sua existência inteira, deixando uma imagem de jovem feliz que aqui cumpriu a sua missão e mais não fez porque a selva da cidade de pedra não deixou.

Júlio Maria Pedroso de Moraes, nasceu em Curitiba, dia 02 de junho de 1955 e era filho de José Pedroso de Moraes e Da. Edith Hein de Moraes, falecendo, vítima de acidente automobilístico em 25 de julho de 1973.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 14/76

1 — O nobre deputado Maurício Fruet, com o presente plano de Lei, objetiva autorizar o Poder Executivo a denominar "Júlio Maria Pedroso de Moraes", um prédio público estadual localizado no município de Curitiba.

2 — Como suporte à sua iniciativa o nobre autor do projeto apresenta longa e bem fundamentada justificação.

3 — O plano de lei em exame não fere qualquer disposição constitucional ou legal, pelo que o nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09 de junho de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
NILSO SGUAREZI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 60/76, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública a Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Mandaguari. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 60/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "Casa da Amizade" das Senhoras dos Rotarianos de Mandaguari, com sede e foro naquela cidade de Mandaguari.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1976.

(a) LÁZARO DUMONT

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública se encontra revestida de todos os requisitos legais exigidos pela Legislação reguladora da matéria.

Os benefícios que a mesma vem prestando à Comunidade de Mandaguari, são comprovados tendo em vista o reconhecimento de utilidade pública pelo Poder Municipal, através da Resolução número 01/74, de 21 de maio de 1974 — anexa ao presente.

A cópia dos seus Estatutos e a documentação que encaminhamos com o presente justificam plenamente o reconhecimento

público estadual que ora propomos, e que temos certeza contará com o apoio dos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 60/76

O Projeto de Lei número 60/76, de autoria do nobre Deputado Lázaro Dumont, visa declarar de utilidade pública a "Casa da Amizade" das Senhoras dos Rotarianos de Mandaguari, com sede e foro naquela cidade de Mandaguari.

O processo está devidamente justificado e a documentação que o acompanha comprova estarem preenchidos os requisitos legais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de junho de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 64/76, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública a Casa Mater Beneficência de Abrigo ao Menor, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI Nº 64/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "Casa Mater" — Beneficência de Abrigo ao Menor, com sede e foro nesta cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1976.

(a) LAZÁRO DUMONT

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública se encontra revestida de todos os requisitos legais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Os benefícios que a mesma vem prestando à Comunidade de Curitiba, dentro das normas e finalidades estatutárias, já tendo sido reconhecida pelo Poder Municipal como de utilidade pública; sendo que seu Estatuto encontra-se registrado sob número 382, do Livro "A" de Pessoas Jurídicas em data de 11 de junho de 1973, anexo ao presente.

A cópia dos seus Estatutos e a documentação que encaminhamos com o presente, justificam plenamente o reconhecimento público estadual que ora propomos, e que temos certeza contará com o apoio dos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 64/76

I — O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Lázaro Dumont, objetiva declarar de utilidade pública a Casa Mater — Beneficência de Abrigo ao Menor, com sede e foro nesta Capital.

II — Examinando a documentação e justificativa, que acompanha a iniciativa de lei, podemos constatar que a mesma tem autênticas condições de ser apreciada e aprovada por esta Casa de Leis, senão vejamos:

a) está registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas competente;

b) vem funcionando regularmente há mais de 1 (um) ano;

c) seus membros de Diretoria não percebem qualquer auxílio ou remuneração.

III — Nestas condições, o nosso parecer é favorável ao Projeto em estudo e opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de junho de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

IVAN RUPPEL — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni, líder da ARENA, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Jorge Sato, Basílio Zanusso e Gilberto Carvalho, como membros efetivos e Dácio Leonel, Luiz Alberto Oliveira, Ezequias Losso, como suplentes, para comporem a Comissão Especial que dará Parecer ao Estatuto do Magistério. — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Osvaldo Macedo, líder do MDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Muggiati Filho e Enéas Faria, para integrarem a Comissão Especial que examinará o projeto e as sugestões ao "Estatuto do Magistério". — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Pela ordem). Apenas para consultar a V. Exa., Sr. Presidente, nas próximas sessões desta Casa, quando V. Exa. colocar em discussão e votação os projetos de lei, se seria possível além de V. Exa. ler a parte final com o parecer favorável, também ler, dar o nome do Deputado que apresentou o projeto, o autor do projeto.

Apenas a título de consulta se haveria esta possibilidade, de também se ler o nome do Deputado, autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Quando todos os Srs.

Deputados se encontram nas sessões, o que falo é para chamar a atenção de alguém que não esteja atento. Por essa razão, digo se o Parecer é, ou não, por unanimidade; se houve, ou não, alguma dúvida quando da apreciação da matéria, nas Comissões. Acho desnecessário dizer o nome do autor do projeto, o que acarretaria demora na votação da matéria.

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Pela ordem). Sr. Presidente, desejo esclarecer que não tem nenhum projeto de minha autoria na Ordem do Dia. Mas, acontece que as pessoas que vêm assistir às sessões não têm condições de saber se a matéria votada é, ou não, de interesse de seu município. E dizendo-se o autor do projeto, os assistentes tomariam conhecimento do autor e, conseqüentemente, ficariam sabendo se é o mesmo de interesse de sua região.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Não creio que anunciando-se o autor do projeto esclarecesse o conteúdo do mesmo.

— Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge André Clele, ocorrido na cidade de Carlópolis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro B. Caraco, ocorrido na cidade de Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura e ao Sr. Diretor Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que se dignem determinar estudos com o objetivo de construir unidade escolar em Ganchinho, distrito de Umbará, nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretários da Administração e da Educação e Cultura, bem como ao Sr. Diretor Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que seja construída e instalada uma unidade escolar de 1º grau, na Vila São Paulo, no município de Formosa do Oeste. — **Aprovado.**



Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Presidente do Tribunal de Justiça, Secretários de Recursos Humanos e da Justiça, Superintendente do IPE e Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça do Paraná, em forma de sugestão no sentido de que seja criada em nosso Estado, Carteira de Aposentadoria e Pensões dos Serventuários da Justiça, nos moldes daquela já existente no Estado de São Paulo. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já há algum tempo, pretendíamos propor esta sugestão ao Poder Executivo para que se desse início à discussão desta matéria, que é de alta relevância para a Justiça, mais especificamente para os serventuários da Justiça. — (Lê):

#### “REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios ao Exmo. Sr. Dr. Jayme Canet Júnior, DD. Governador do Estado, ao Exmo. Sr. Des. Henrique Nogueira Dorfmond, DD. Presidente do Tribunal de Justiça, ao Exmo. Sr. Dr. Gastão de Abreu Pires, DD. Secretário de Estado de Recursos Humanos, ao Exmo. Sr. Dr. Odilon Túlio Vargas, DD. Secretário de Estado da Justiça, ao Dr. José Maria de Azevedo, DD. Superintendente do IPE e ao Exmo. Sr. Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça do Paraná, sugerindo-lhes seja criada em nosso Estado, Carteira de Aposentadoria e Pensões dos Serventuários da Justiça, nos moldes daquela já existente no Estado de São Paulo, aperfeiçoada com subsídios a serem colhidos na legislação relativa aos profissionais liberais filiados ao INPS e nos modelos adotados pelos Montepios particulares mais conceituados que atuam no País.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Segundo nossa Constituição, é dever do Estado dar proteção à família e ao indivíduo.

Nos dias agitados em que vivemos, a sociedade tem obrigação de reconhecer como justo o direito de uma aposentadoria condigna àqueles que trabalham para o bem comum.

Entre as classes que sentem os efeitos de uma legislação deficiente e superada que trata da aposentadoria, podemos situar a dos serventuários da Justiça.

O novo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, estabelece em seu artigo 202, que a aposentadoria dos serventuários não remunerados pelos cofres públicos obedecerá legislação especial. Aquele mesmo Estatuto, limita, a partir de janeiro de 1977, como teto máximo da remuneração mensal que poderá ser alcançada pelo serventuário da Justiça, à quantia líquida recebida por Desembargador, a qual foi recentemente fixada em Cr\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos cruzeiros).

Todavia, o “quantum” máximo das tabelas adotadas para a aposentadoria dos serventuários mais graduados não chega a atingir 20 por cento desse valor.

No vizinho e progressista Estado de São Paulo, já foi colocada em prática moderna legislação sobre essa matéria, permitindo que seus serventuários da Justiça consigam melhores e justos proventos de inatividade.

IV — Permissão para que o contribuinte que não se ache em condições de acompanhar a faixa a que pertenceria por anos de atividade possa escolher uma faixa menor, submetendo-se a novo período de interstício para elevação.

V — Adoção de normas para mudanças e permanências de faixas, perda de direitos, reinclusão, etc., de forma similar ao INPS ou montepios.

VI — Percentual de contribuição próximo da casa dos 03 por cento, com direito a opção pelo sistema antigo.

VII — Permissão de ingresso para outros serventuários ocupantes de cargos diversos de titular de cartório, principalmente aqueles que ocupam cargos já transformados ou regidos pela CLT.

VIII — Emissão de carnês para facilitar o pagamento e controle das contribuições dos filiados, assim como para tornar possível que os mesmos sejam avisados a respeito de qualquer atraso ou irregularidade que importem em perdas parciais ou totais de direitos aos benefícios.

IX — Adoção de outras medidas complementares, ouvindo-se os setores técnicos competentes, bem como a Associação dos Serventuários da Justiça do Paraná.

Para melhor esclarecimento de nossa sugestão, estamos anexando cópias das Tabelas e Mecânica adotadas pelo INPS e pelo Estado de São Paulo, segundo a legislação vigente”.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A sugestão apresentada pelo eminente Deputado Fidelcino Tolentino é válida. Entretanto, trago ao conhecimento da Casa que, conhecendo bem de perto como funciona a Caixa de Aposentadoria dos Serventuários, o IPE só paga ao Serventuário a pensão; a aposentadoria quem paga é o Governo do Estado.

Tendo recebido reivindicação da classe fizemos várias reuniões, uma em Engenheiro Beltrão, outra aqui em Curitiba, na reestruturação dos Serventuários da Justiça e levamos essa reivindicação ao Governo do Estado. S. Exa. pediu a criação de uma Comissão para apresentar uma sugestão ou que fosse estudado o envio de uma mensagem a esta Assembléia, a fim de melhorar a aposentadoria dos Serventuários. A Mensagem já está pronta na Secretaria de Justiça aguardando, tão somente, um levantamento que está sendo feito no Tribunal de Justiça para saber o número de serventuários aposentados e a data de aposentadoria de cada um, num espaço de cinco, para saber o montante da despesa que terá o Sr. Governador neste setor.

Esta semana iremos à Secretaria da Justiça para pegar esse levantamento. Existe, também, uma comissão de serventuários estudando o regimento de custas que deverá ser marcado, talvez, na próxima semana na reunião que será levada a efeito na Secretaria de Justiça com os Serventuários de todas as micro-regiões do Paraná. Convido os Deputados que tenham interesse em participar desta reunião e assim que souber da data, darei conhecimento aos interessados. Esta reunião será para analisar a Mensagem que deverá vir à Assembléia e, também, o Regimento de Custas.

Como afirmei, no início, a aposentadoria é paga pelo Governo do Estado, e não pelo IPE. O número de serventuários que estão com a contribuição atrasada para com o IPE é muito grande, dada a pequena arrecadação dos Cartórios Distritais. Com esta sugestão apresentada, criando a Caixa, as contribuições, forçosamente, serão aumentadas e os Cartórios Distritais não terão condições de arcar com estas despesas.

O que queria trazer ao conhecimento da Casa é que o Sr. Governador está preocupado em solucionar o problema da aposentadoria dos Serventuários e que será enviada uma Mensagem a esta Casa, assim que for ouvida a classe dos Serventuários. Creio que isto ocorrerá em agosto, porque dentro de poucos dias estaremos em recesso.

Votarei favoravelmente à sugestão do Deputado Fidelcino Tolentino com esta ressalva, porque acho que não funciona dada as condições do IPE.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação.

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para encaminhar a votação já está se tornando rotina, nesta Casa, o trabalho e a eficiência do ilustre Deputado Fidelcino Tolentino.

Quero, apenas, me parablenizar com V. Exa., Deputado Fidelcino Tolentino, pelo seu gesto em lembrar-se de uma classe totalmente desfavorecida pelos órgãos do Estado do Paraná. Mesmo ouvindo da tribuna, o pronunciamento do Deputado Gilberto Carvalho, que está sendo encaminhado através da Secretaria de Justiça uma sugestão ao Governo do Estado, V. Exa. pode-se considerar um pioneiro desta sugestão porque foi o que trouxe primeiramente ao conhecimento desta Casa; eu quero aqui, Deputado Fidelcino Tolentino, Deputado Gilberto, externar o meu mais profundo reconhecimento ao vosso trabalho, Deputado Fidelcino Tolentino nesta Casa e, também dizer a V. Exa. que me empenharei junto ao líder da bancada da ARENA, e, se for preciso, junto ao Governo do Estado do Paraná, para que vossa sugestão tenha o devido respeito e o devido acolhimento junto ao Governo do Estado do Paraná.

Portanto, Deputado Fidelcino Tolentino, aqui ficam os meus parabéns a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar seja apurada procedência da denúncia de que a Secretaria da Agricul-

tura não vem pagando o reajuste salarial devido a todos os servidores enquadrados na Tabela Salarial de Locação de Serviços, para execução de programas decorrentes de convênios vigentes entre órgãos da Administração Federal e o Estado do Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que autorize, no mais breve tempo possível um aumento de vencimentos do funcionalismo público estadual. — Aprovado.

A Mesa tem a comunicar à Casa que logo que termine a sessão, haverá uma reunião numa das salas das Comissões, Comissão Especial do Trânsito, com a presença do Sr. Ascânio Miró Medeiros.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Leis números 43/76, 48/76, 49/76, 51/76, 55/76 e 56/76, 57/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 58/76, 59/76, 60/76, 102/76 e de Lei números 117/74, 14/76, 60/76, 64/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resoluções números 65/76, 76/76, 94/76 e de Lei número 66/76.

Levanta-se a Sessão.